

Pan-2007 no RJ: um olhar e algumas considerações

Dr. Mauricio Murad

(UERJ, Rio de Janeiro, UNIVERSO, Niterói)

Recebimento/Aprovação:

Artigo recebido em setembro de 2008 e aprovado para publicação em outubro de 2008

Resumo:

O principal objetivo deste artigo é analisar o projeto político e a organização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro, especialmente a “segurança” – documentos oficiais, expectativas e resultados. Além disso, o artigo mostra os resultados de uma pesquisa que foi realizada com a população do Rio de Janeiro durante a competição. O mais importante deles: apesar de alguns bons resultados, os Jogos Pan-Americanos de 2007 não conseguiram alcançar aquilo que era esperado pela população da cidade.

Abstract:

The main object of this paper is to analyse the political project and organization of the 2007 Pan-American Games in Rio de Janeiro city, specially the security – official documents, the expectations and results. Besides, the article presents the results of a research that has been conducted with the population of Rio de Janeiro during the competition. The most important one: the 2007 Pan-American Games did not reach the expectations of Rio de Janeiro inhabitants.

1. Objetivos

Este artigo tem por finalidade principal analisar as bases do projeto político e da gestão organizacional do Pan-2007, na cidade do Rio de Janeiro, especialmente no aspecto “segurança”, suas expectativas, seus impactos e resultados. Para tanto, investigamos as diretrizes de alguns documentos oficiais da ODEPA, Organização Desportiva Pan-Americana e dos governos brasileiros, nos níveis nacional, estadual e municipal, como também realizamos uma grande pesquisa diretamente junto à população, nos pólos esportivos, em que a cidade foi dividida.

Onde foi possível, tentamos operar algumas comparações com outros megaeventos esportivos acontecidos, mais ou menos à mesma época, como a Copa do Mundo de Futebol de 2006, na Alemanha (o grande certame esportivo, imediatamente anterior ao Pan-2007), suas experiências e experimentos, guardando-se evidentemente os devidos cuidados, distanciamentos, diferenciações e relativizações. Fizemos isto, porque essa é uma das recomendações estratégicas das mais importantes organizações internacionais dos esportes, como o COI, a FIFA e a UEFA.

2. Considerações introdutórias

A Alemanha realizou com sucesso o Mundial de Futebol de 2006 e a cidade do Rio de Janeiro, com razoável sucesso, os Jogos Pan-Americanos de 2007, apesar de todos os problemas ocorridos antes, durante e depois do evento. O Brasil conquistou o privilégio (privilégio, se a oportunidade for bem aproveitada) de sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014, sob a chancela da FIFA, o maior organismo internacional, que a história da humanidade tem notícia. São 208 países afiliados, segundo o último boletim da entidade, datado de junho de 2008.

Um mecanismo de organização e planejamento de megaeventos esportivos, sugerido pelas entidades, é levar em conta as experiências já acontecidas, em dois sentidos complementares: 1)

aquelas ocorridas em outros países, para se contabilizar e avaliar erros e acertos, em que pese serem diferentes as condições de cada lugar; 2) aquelas ocorridas no mesmo país, em condições equivalentes, portanto, para do mesmo modo medir quantitativa e qualitativamente suas práticas vitoriosas e apontar o nosso olhar crítico para suas falhas.

A Copa na Alemanha em 2006 foi o megaevento esportivo imediatamente anterior ao Pan-2007 no Rio de Janeiro e por isso foi considerado uma referência para os jogos Pan-Americanos, guardando-se, obviamente, as devidas diferenças entre os países e entre os próprios eventos. As diferenças históricas, econômicas, sociais e educacionais entre ambos não são pequenas, como se sabe.

Entretanto, as confederações desportivas tomam os critérios de avaliação dos megaeventos como equivalentes - equivalentes, não iguais -, mesmo quando realizados em localidades diferentes, porque afinal de contas todos são eventos esportivos, fenômenos de massa e certames internacionais. Assim, embora as distinções não sejam pequenas e sejam necessários cuidados no instante das comparações, há semelhanças possíveis, há equivalências aceitas pelos organismos desportivos, o que permite e até recomenda a comparação.

O segundo Mundial de Futebol realizado na Alemanha, em 2006, (o primeiro aconteceu em 1974) foi um projeto do conjunto da sociedade alemã, envolvendo os governos nacional e locais, empresas públicas e privadas, sistemas de transportes coletivos, universidades, escolas, meios de comunicação, instituições de arte e cultura. Políticas de requalificação urbana, de pesquisa científica e tecnológica e preservação ambiental, também compuseram o rol das preocupações.

Além disso, políticas públicas foram implementadas, desde 2001 (2001!), cumprindo um quinquênio completo de investimentos, preparação, processos de planejamento, de avaliação e correções de percurso, a fim de definir uma estratégia de longo prazo para a Copa do Mundo de

Futebol. E esta foi definida como uma ajuda à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e cultural do país.

Por isso, tantos foram os investimentos em infra-estrutura, segurança, turismo, transporte, urbanismo, pesquisa, cultura, arte, ciência e tecnologia, além de campanhas na mídia e nas escolas de ensino fundamental, mostrando o evento como uma grande oportunidade para o país e o futebol como patrimônio cultural. De acordo com as estatísticas oficiais do governo alemão, referendadas pela FIFA (Boletim 12/2008), o volume total dos investimentos alcançou cifras altíssimas, na ordem de 47 bilhões de dólares, aproximadamente.

Investimentos internos e externos e que por força de obrigações contratuais deverão permanecer em franca atividade até 2011, pelo menos. Uma década, portanto, desde 2001, de dinamismos variados a proporcionar bens e serviços à sociedade como um todo, especialmente nas esferas do “legado”, este uma das principais metas de todo grande evento esportivo, segundo os Cadernos de Encargos, da FIFA (Alemanha/2006), do COI (Pequim/2008) e de suas outras entidades regionais, como por exemplo, a ODEPA Organização Desportiva Pan-Americana, RJ/2007.

Claro está que na Alemanha (e não só) houve problemas, questionamentos, contradições, interrogações, oposições, críticas, o que é próprio das sociedades democráticas. Os orçamentos, os contratos, as planilhas de custos, a fixação de objetivos, os patrocinadores, os recursos governamentais, os grupos técnicos e políticos da organização do evento, tudo enfim, foi exposto publicamente, para acolher debates, críticas, sugestões. Tudo muito acalorado, sem dúvida.

O desejado é que os efeitos sociais dos grandes acontecimentos esportivos finquem raízes na cultura e nas atividades do lugar. Esta estratégia dos organismos internacionais deu seus primeiros passos em 1896, com a reedição pelo Barão Pierre de Coubertin dos Jogos Olímpicos, chamados Modernos. Como pedagogo que era, o Barão tentava valorizar o caráter educacional

das atividades esportivas. Tentava...

O “legado” é o aspecto principal a ser visto, mais até do que o sucesso propriamente esportivo dos megaeventos, por ter um sentido pedagógico. O “legado” urbanístico, educacional, econômico, em segurança pública, transporte, saneamento, meio ambiente, emprego e renda. Barcelona (Jogos Olímpicos de 1992) é um exemplo clássico, mas não único. Seul (Jogos Olímpicos de 1988) e Andorra na “década esportiva” de 1993/2003, igualmente devem ser lembrados¹.

E entre todos esses possíveis efeitos sociais, que compõem o “legado”, a segurança tem sido considerada uma prioridade central e isto porque ajuda a garantir os investimentos, a integridade das pessoas e a festa popular do esporte. Para a avaliação dos megaeventos, o item segurança tem sido entendido como uma espinha-dorsal, em torno da qual giram outros fatores, perfazendo uma rede de vasos intercomunicantes. É um dos elementos mais esperados como “herança dos jogos”, segundo inúmeras pesquisas de opinião, postas a público, tanto pela mídia quanto pelas universidades.

Na Copa do Mundo de Futebol na Alemanha em 2006, o planejamento da segurança, no longo, no médio e no curto prazos foi considerado exemplar pela FIFA e pela ONU (pela ONU!). A articulação entre as polícias internacionais, como o caso da italiana CASMS – Comissão de Análise para a Segurança das Manifestações Esportivas, do setor-futebol da Scotland Yard, além do apoio de outras forças de segurança européias foi avaliado como uma das maiores lições do Mundial e seguiu o tripé da segurança pública, hoje consagrado como o de maior consistência científica e operacional: pesquisa, inteligência, prevenção.

Na Alemanha, essa preparação da segurança foi seguida à risca, inclusive com o apoio de investigações acadêmicas bem estruturadas e testadas anteriormente, para ser mais exato um ano antes, na Copa das Confederações (2005). Um “legado” a priori poder-se-ia dizer, como o fez em

uma entrevista coletiva de imprensa, na sede do Comitê Executivo da Copa em Berlim, no dia 25 de maio de 2006, o “Kaiser” Franz Beckenbauer, o maior ídolo da história do futebol alemão, respeitado dirigente do Bayern de Munique (Fussball Club Bayern München) e presidente do festejado Comitê da Copa 2006.

A lei foi aplicada com autoridade e rapidez, com legalidade e legitimidade. Estas foram as avaliações mais ou menos consensuais, apesar de não terem faltado críticas, quanto à contundência de determinadas ações policiais, particularmente em relação a grupos ultra radicais de neo-nazistas, sediados em Berlim e, mais especificamente, em Munique, a agradável e próspera capital da Baviera.

A restrição e o controle institucional e policial na venda e consumo de álcool foi um projeto-piloto para outros controles coletivos de práticas de violência, que se fizeram necessários, como a xenofobia e o racismo, entre outros. Foram mapeadas, monitoradas e controladas 142 organizações intolerantes e violentas, que sob controle foram neutralizadas e não conseguiram sequer uma grande ação espetacular, que chamasse a atenção e preocupasse as autoridades².

Em relação ao álcool, não sobrou nenhuma dúvida: o alcoolismo é causa da violência, indubitavelmente. As estatísticas internacionais (e brasileiras também) em quase todos os setores, mesmo aqueles além do esporte, trânsito e violência doméstica por exemplo, confirmam essa assertiva. Na Alemanha, só no mês da Copa, julho de 2006, houve 7000 delitos por alcoolismo, com 875 feridos, sendo 200 policiais³.

3. Um olhar sobre o Pan-2007 no RJ: a segurança pública

O Rio de Janeiro é uma cidade esportiva (Melo, 2001) e historicamente vem tentando não só manter, como ampliar esse fator de sua identidade coletiva. A escolha da cidade para sediar os Jogos Pan-Americanos veio ao encontro dessa perspectiva e deveria ter servido para reforçá-la.

Deveria, mas este “legado” simbólico, de extrema importância e valor, tanto social quanto educacional, não foi alcançado satisfatoriamente. Esta é uma conclusão quase unânime.

Historicamente, vamos sublinhar, o Rio de Janeiro é uma cidade esportiva e isto desde o início do século XX, quando ainda era a Capital da República (a mudança da Capital para Brasília foi em 21 de abril de 1960) e a cidade mais importante do país, a sua “capital cultural”, epíteto ainda hoje de certa forma preservado.

O remo, o automobilismo, o turfe foram modalidades pioneiras no desenho desportivo da cidade. A natureza, o clima, os 78 km. de praias, a exposição do corpo, o *ethos* carnalizado, musical e boêmio da localidade, estimularam a criação de áreas esportivas populares, de grande interesse para os moradores, inclusive porque são formas baratas de lazer, democráticas, acessíveis a todas as classes sociais, que se dirigem para lá de todos os pontos da cidade, nos fins-de-semana e feriados.

Destaque para os tradicionais Aterro do Flamengo, na zona Sul e Quinta da Boa Vista, na zona Norte, em meio a muitos outros pontos de encontro espontâneo das pessoas residentes e de turistas. Essa “desportivização” da cidade ajuda e muito a implantação de projetos sociais, que utilizam o esporte como elemento motivador para crianças e adolescentes e mesmo para o envolvimento necessário das respectivas famílias.

Muitas favelas cariocas também tomaram iniciativas na implantação de projetos, na esfera do esporte educacional e de inclusão social. A Mangueira foi a precursora, em 1986, com a Vila Olímpica, que já foi considerada o projeto social mais importante do mundo e que serviu de modelo para a organização de mais de 60 mil “escolinhas” espalhadas por todo o Brasil.

Outros “morros” do Rio de Janeiro, a partir de 1990, seguiram o exemplo da Mangueira, como Salgueiro, Borel e Casa Branca, no bairro da Tijuca, Vidigal e Rocinha, na Zona Sul da cidade, Complexo do Alemão, no subúrbio carioca, Cantagalo, em Copacabana, este com

significativo trabalho na área da dança, com o projeto “Dançar para não Dançar”, nome revelador dos sentidos da iniciativa.

Esses programas envolveram muitos ex-atletas, alguns de grande prestígio, como Jair Rosa Pinto (craque do selecionado brasileiro de 1950), no Morro do Salgueiro, lugar de tradição também no samba, por causa da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro. Jairzinho, da seleção tri-campeã de 1970, foi outro grande jogador que se envolveu nesses trabalhos sociais, ele e o craque Afonsinho.

Dança clássica e popular, música, rap, hip-hop, teatro, poesia, artes plásticas, fotografia e até cinema são formas de expressão artística que complementam muitos dessas experiências sócio-esportivas. Das várias modalidades de desporto oferecidas nesses projetos - atletismo, box, judô, capoeira, natação, ginástica olímpica, basquete, vôlei - o destaque indiscutível é o futebol, o que acompanha a tendência dominante não só no Brasil, como no mundo, segundo as estatísticas da ONU, do COI e da FIFA.

Desta maneira, o esporte e a arte aproximam da sociedade aqueles que a economia e a política separam e excluem e por isso podem atuar como “laboratórios” de experimentação para novas formas de convivência e cidadania. Formas novas e - mais do que isso - superiores às que hoje estão disponíveis socialmente.

Então, com todo esse ambiente cultural favorável e essa acumulada e respeitada experiência sócio-esportiva, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e seus munícipes, claro, esperavam mais como herança de um evento da grandeza dos Jogos Pan-Americanos. Esperavam, até porque as promessas oficiais dos governos federal, estadual e municipal, apontavam nessa direção. Mas, não foi exatamente isso que a cidade recebeu como herança, como “legado”, pelo menos na visão de seus moradores.

Tantas foram as dúvidas e as desconfianças que restaram ao longo do caminho e tantos

foram os questionamentos e as críticas feitos durante todo o processo, em relação ao planejamento, aos custos, à organização, ao aproveitamento dos jogos, que não se pode chegar a conclusões muito entusiasmadas. Isso sem falar nas competições e rusgas políticas, entre os governos nos três níveis, insisto, federal, estadual e municipal.

A expectativa da cidade era muito maior do que aquilo que ficou dos jogos e em terrenos variados, como transporte, meio-ambiente, segurança. A despolição da Baía de Guanabara (só este objetivo já teria justificado o esforço empreendido), antiga reivindicação da municipalidade e exatamente por este motivo, instrumento constante da demagogia política, foi uma das metas não alcançadas. Não somente uma meta, mas uma prioridade.

Das oito balsas de sucção e filtragem de elementos poluentes químicos e biológicos, com tecnologia australiana de ponta, já testada e aprovada pelos protocolos internacionais, de universidades e indústrias, somente uma (uma!) foi implantada e mesmo assim faltando apenas quatro dias, para o início da competição. E nenhuma explicação ou justificativa oficial foi dada... até hoje.

E atenção, que as especificações técnicas do equipamento, segundo laudo do fabricante publicado pelo Boletim da ODEPA de junho de 2007, previam que a testagem fosse feita três meses antes e o Caderno de Compromissos dos Jogos é (ou deveria ser) um documento público de garantia, ao cumprimento desta e de outras cláusulas. Afinal, o Caderno é um contrato transnacional assinado com legalidade e legitimidade.

Claro, que o PAN (entre os dias 13 e 29 de julho de 2007) provou que podemos realizar grandes coisas, sim, se quisermos. Mas provou, também, que ainda estamos longe de cumprir compromissos de modo natural, de respeitar orçamentos, garantia essencial para investidores e contribuintes, de fazer aquilo que está combinado, dando valor ético ao cumprimento da palavra e, assim, tentando melhorar a nossa credibilidade internacional, indispensável para tudo, das

questões micro às questões macro sociais, macro econômicas e políticas.

4. Segurança: Estatuto do Torcedor/Juizados Especiais

Dos princípios norteadores dos Jogos Pan-Americanos, bem como dos Jogos Olímpicos, da Copa do Mundo e do Campeonato Europeu de Seleções (a Euro-Copa, sob a chancela da UEFA), a segurança é um dos principais. Como já dissemos, anteriormente, porque ele pode gerar um efeito multiplicador, tanto positivo quanto negativo, para quase todos os outros componentes das redes que formam os megaeventos esportivos.

O Estatuto do Torcedor, Lei nº 10.671 de 2003 e os JECrims (Juizados Especiais Criminais), Lei nº 9099, de 1995 (a mesma legislação que instaurou os Juizados Especiais Cíveis) foram consideradas medidas avançadas, na área da segurança pública, pelos dirigentes e inspetores da ODEPA. Como ambas eram anteriores à realização do Pan-2007 no Rio de Janeiro e iniciativas na área da segurança dos estádios esportivos, isto ajudou na escolha da cidade como sede dos jogos⁴.

No entanto, o mesmo documento oficial consultado alerta para o fato de que a dimensão “que deveria ser fundadora” da segurança coletiva, não foi contemplada por nenhum dos dois instrumentos. Esta dimensão que trata do envolvimento social, da rede interativa de cooperação entre os organismos de segurança e as comunidades do lugar, deverá ser considerada e incluída nos planos e programas de segurança que precedem no curto e no médio prazos, o processo de realização dos jogos.

Em seu artigo 13, o Estatuto do Torcedor consagra o princípio do “direito do torcedor ter segurança nos locais onde ocorrem os eventos esportivos, antes, durante e após a realização das partidas”. E também que cada estádio esportivo, com capacidade a partir de 20 mil espectadores, deverá ver um JECrim funcionando, a plena carga. No Rio de Janeiro (cidade e estado) somente o

Maracanã (desde abril de 2003) e o Engenhão (desde julho de 2007, exatamente durante o Pan) têm JECrims em franca atividade. Seus resultados práticos, na repressão e na prevenção de delitos, são satisfatórios, embora insuficientes.

Como ficou evidente e como foi divulgado, de forma bem ampla pela mídia⁵, essas medidas de repressão e prevenção de crimes e transgressões, tidas como indispensáveis não foram implementadas a contento, nem durante a realização dos jogos, nem depois, como legado desejável e esperado. A ODEPA e o COB, Comitê Olímpico Brasileiro, não deixaram de sinalizar e de alertar as autoridades brasileiras (governos nos três níveis e a SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública), em relação à gravidade dessas variáveis.

No transcorrer do período de realização dos Jogos, sob os holofotes dos meios de comunicação e alguma (não muita) pressão de setores mais ou menos organizados da sociedade e da própria ODEPA, a aplicação do Estatuto do Torcedor e o funcionamento dos JECRims, conseguiram resultados razoáveis, de relativa paz, redução de índices de criminalidade e transgressões várias, particularmente dos chamados pequenos delitos, o que de certo modo demonstra nossa capacidade de realização, embora ainda longe do ponto ótimo.

Desenvolver a cooperação polícia-população e os fundamentos sócio-educacionais do esporte são pré-condições de uma nova concepção de segurança pública, para os grandes eventos esportivos e que devem ficar como herança para a cidade, para o país. Esses são fundamentos de prevenção e inteligência, de uma política coletiva de segurança pública e que devem ser observados, antes, durante e depois dos grandes eventos esportivos.

Julgo, ainda, importante levarmos em conta, a proposta (Murad 2007) de que as experiências de segurança no plano desportivo possam ser consideradas como uma espécie de “laboratórios” de experiências para outros eventos de massa, não propriamente esportivos, como grandes shows de música, por exemplo.

5. O Pan-2007 e a segurança pública: uma pesquisa

O Brasil vai sediar a Copa de 2014, processo já definido, com os inspetores da FIFA tendo o direito de realizar auditorias trimestrais e podendo até mesmo descredenciar o país, por causa dos resultados encontrados. É importante, portanto, cuidados e critérios, transparência e interatividade e, por efeito, a avaliação dos cariocas em relação à segurança (componente central, repito) do Pan, nossa experiência mais recente, faz-se necessária.

O Brasil foi escolhido pela FIFA apesar da violência, da corrupção, da impunidade. Nada disso é novo, em nossa história, embora alarmante, hoje. Novidade é o que podemos ganhar com a Copa. A FIFA e seus investidores exigem muito, mas também ajudam na segurança, no turismo, saúde, educação, meio-ambiente, transporte. E com essa gente, não tem brincadeira. Os interesses são grandes e prazos, metas, orçamentos e compromissos têm que ser cumpridos.

Assim, o Mundial de Futebol é uma boa oportunidade para o Brasil experimentar coletivamente novos conceitos e melhores valores, os quais devem ficar incorporados, como herança, como “legado” da Copa de 2014. É desta maneira, que os grandes eventos esportivos pensam as competições, em que pese os interesses comerciais, econômicos, mercadológicos, políticos e ideológicos serem imensos e muitas vezes se sobreporem às suas finalidades sócio-educacionais e inclusivas.

Como está no Caderno de Exigências da FIFA: avaliar, planejar e investir, no curto, médio e longo prazo; mapear e controlar os problemas, com ações de inteligência e prevenção; se preparar para aproveitar ao máximo o evento, antes, durante e depois. Afinal, é um direito e um dever ir além do campo esportivo, agregar valores e realizações, que fiquem. Temos um histórico de vitórias dentro de campo. É hora de outras conquistas.

O Mundial é uma chance rara de nos obrigarmos a construir e a cumprir, minimamente,

esse plano estratégico. Os ganhos nos níveis de emprego direto e indireto, nos patamares da renda, na cultura, na segurança e em outros domínios são conhecidos e reconhecidos. É necessário que isso seja destacado e multiplicado, para que o acontecimento no terreno desportivo espalhe seus efeitos pela sociedade, democraticamente.

Por isso, é bom aprendermos com quem já fez. Nossos laboratórios mais próximos são o Mundial-2006 na Alemanha e o Pan-2007 no Rio de Janeiro. Pesquisas ajudam no planejamento, na execução, no acompanhamento, na eventual correção de rumos e na gestão social do legado. Então, vamos convocar uma pequena seleção de resultados de uma pesquisa, com consistência teórica e metodológica aprovadas por duas universidades, para auxiliar a nossa avaliação e o nosso aprendizado.

Em julho de 2007, foi feito um estudo⁶ sobre os Jogos Pan-Americanos e a segurança no Rio de Janeiro, com um total de 2410 homens e mulheres de diferentes idades, classe social e escolaridade, o que ampliou a legitimidade dos dados e conclusões da investigação, já que alargou a representatividade da amostra.

Muitos foram os resultados, os instrumentos de prospecção, de tabulação e análise utilizados. Todavia, aqui vamos apresentar tão somente uma síntese daqueles que consideramos mais relevantes, tendo-se em vista os objetivos principais do trabalho.

No que diz respeito à informação e troca de experiências entre os órgãos de segurança e as comunidades, o resultado é grave. 89% dos consultados sabiam muito pouco do plano de segurança. É óbvio, que aqui não estão incluídos os componentes do "serviço secreto", os quais não podem mesmo ser divulgados. Trata-se, sim, daqueles outros aspectos que a própria polícia considera que devem ser transparentes e que devem tornar-se públicos.

Pior que a desinformação, a intenção de se criar um conceito novo de segurança, não foi alcançada para 72% dos entrevistados. E isto estava previsto: o novo conceito deveria ter como

base, o envolvimento dos moradores, a aproximação com as autoridades policiais, para se construir uma rede de apoio à ação dessas autoridades, basicamente na dimensão preventiva.

Perguntamos "o que ficará de fato da segurança do Pan, para a vida da cidade", a fim de medirmos a representação social dos moradores, face à ação das autoridades policiais. Muito pouco, foi a resposta de 83%. A descrença nas autoridades governamentais e o sentimento de impunidade foram muito freqüentes, em todas as faixas etárias, e, pior, quase unânimes entre os jovens (14 a 25 anos). Eis, a razão declarada: "isso é só pra gringo ver, depois a violência volta". Importante e revelador: foi observado um aumento da descrença e do sentimento de impunidade, após o desastre aéreo, em SP, dia 17 de julho de 2007, no Aeroporto de Congonhas.

O que gostariam que ficasse mesmo como "legado", para o Rio de Janeiro e para outras cidades brasileiras? O policiamento ostensivo foi a resposta mais freqüente. Este, o maior ganho do Pan, para 78%, porque segundo suas opiniões, ajuda a reduzir o clima de insegurança, a criminalidade e a ação de flanelinhas, camelôs e cambistas.

E que outras heranças gostariam que ficassem no dia-a-dia do município? Melhorias no transporte coletivo e no trânsito, porque "engarrafamento facilita arrastão"; na iluminação das ruas e praças, porque "escuridão incentiva violência"; leis duras e ações preventivas e integração entre município, estado e união na área da segurança.

A segurança foi considerada fator essencial (93%) para melhorar a qualidade de vida em todos os bairros estudados, da Lagoa a Acari, o maior e o menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano da ONU) do município, respectivamente. Note bem: fator essencial, para melhorar a qualidade de vida em todos os bairros pesquisados, de acordo com a análise do discurso dos entrevistados.

Essas foram sugestões mais imediatas, para o curto e o médio prazos. Houve também propostas estruturais, de longo prazo, como aumentar o emprego e a renda, melhorar educação e

moradia. Sociologicamente revelador foi que as sugestões imediatas predominaram nas classes mais altas. As de longo alcance, nas camadas mais baixas. Já entre os jovens, de todas as classes, houve coincidência na herança desejada: uma imediata – aplicar a lei – outra estrutural – mais emprego. Ambas vistas como complementares, por 67% deles.

O Pan foi bonito e o Rio, uma cidade esportiva desde princípios do século XX, não fez feio. Instalações de alto nível, organização bastante razoável e um plano de segurança, que garantiu uma considerável paz social. Mas poderia/deveria ter feito mais, bem mais, principalmente no que diz respeito ao "legado", ao uso social e democrático do patrimônio deixado como herança pelo Pan.

Além disso, deveríamos ter controlado melhor os custos, racionalizado - de modo mais eficiente tecnicamente e legítimo politicamente - a relação custo-benefício na aplicação dos recursos e investimentos e mantido em plena atuação, os mecanismos de segurança pública empregados durante as duas semanas dos jogos.

6. Conclusões

Se quisermos uma boa Copa, em 2014, devemos começar aprendendo com o Pan e ouvindo as ruas. Neste sentido, as pesquisas com a população que vive as experiências concretas dos grandes eventos esportivos, não há dúvida, são necessárias e importantes. Que os esportes contribuam mesmo para a inclusão, o desenvolvimento e a paz social. Assim, o projeto de sediar a Copa de 2014 terá mais legitimidade.

A pesquisa Pan-2007 mostrou a necessidade de melhorar o transporte, o trânsito e a iluminação das ruas. Leis duras e ações preventivas. Mais emprego e renda, melhorias na qualidade de vida dos cidadãos. Integração entre município, estado e união, em políticas públicas e projetos sociais.

Que tal aproveitarmos os investimentos e a pressão internacional da Copa e determinar prioridades sociais de longo percurso, como a segurança da cidadania? Esta uma real e inadiável prioridade. Não é porque nos falta segurança, que não devemos ter a Copa; devemos ter a Copa para ajudar a ter segurança e outros quesitos.

Esporte é atividade sócio-educativa, expressão de identidade, fator de socialização. Temos que fazer mais, organizar melhor e controlar os custos. Bilhões estarão em jogo e sob avaliação internacional. Nossa imagem também. Temos a obrigação de não perder essa.

¹ - Mais informações e outros exemplos *in* Murad (2005).

² - Fonte: Boletim FIFA, dezembro de 2006.

³ - Fonte: Comitê Organizador da Copa de 2006.

⁴ - Fonte: Ata da Assembléia Geral da ODEPA, junho de 2006.

⁵ - O *JB*, *Jornal do Brasil*, foi o veículo da mídia impressa do Rio de Janeiro, que reservou o maior e mais constante espaço para a cobertura dos Jogos Pan-Americanos, até 31 de dezembro de 2007, quando oficialmente terminou o ano-Pan, de acordo com o calendário esportivo da ODEPA.

⁶ - Pesquisa UERJ/IFCH/DPCIS e Mestrado/PGCAF/UNIVERSO, 2007.

Referências principais

- LESSA, Carlos. 2001. *O Rio de todos os brasis (uma refexão em busca da auto-estima)*. Rio de Janeiro: Record.
- MELO, Vitor Andrade de. 2001. *Cidadesportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj/Relume-Dumará.
- MURAD, Mauricio. 2004. “Pluralidades Culturais no Rio de Janeiro: A Contribuição do Futebol para uma Crónica Carioca”. In: P.C. Seixas, P.M. Santos e H.G. de Araújo (orgs.), *Pluralidades Portuenses*. Porto/Portugal: Editora Civilização: 127-147.
- MURAD, Mauricio. 2005. “Jogos Olímpicos e Política/Um dia em setembro”. In: V.A. de Melo e F.deF. Peres (orgs.), *O esporte vai ao cinema*. Rio de Janeiro: Editora SENAC: 75-94.
- MURAD, Mauricio. 2007. *A violência e o futebol: dos estudos clássicos aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- TUBINO, Manoel José Gomes e outros. 2007. *Dicionário enciclopédico Tubino do esporte*. São Paulo: Editora SENAC.

Maurício Murad, Coordenador da pesquisa, sociólogo, professor e pesquisador da UERJ e professor titular de Sociologia do Esporte no Mestrado da UNIVERSO, Universidade Salgado de Oliveira. Autor de diversos livros e artigos científicos publicados no Brasil e no exterior.